

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i> | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i> | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1823/2023-PGJ, DE 14.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0016236-53.2019.8.12.0001 e nos feitos dele decorrentes; e revogar a Portaria nº 2291/2019-PGJ, de 1º.7.2019, que designou o Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1783/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 01.2023.00000637-0.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1805/2023-PGJ, DE 14.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol 5 (cinco) dias de compensação no período de 24 a 28.4.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 30.8 a 8.9.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1781/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0800112-82.2023.8.12.0045.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1811/2023-PGJ, DE 14.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes 5 (cinco) dias de compensação nos dias 24 e 25.5.2023 e no período de 29 a 31.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 2 e 3.7 e 13 e 14.8.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1578/2023-PGJ, DE 4.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse, que seriam usufruídos no período de 20.3 a 18.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002762-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1779/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 01.2023.00000630-3.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1780/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 08.2023.00030296-4.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1573/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 26 (vinte e seis) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, que seriam usufruídos no período de 3 a 28.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002647-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1808/2023-PGJ, DE 14.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho 5 (cinco) dias de compensação no período de 17 a 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 5 a 13.12.2022 e 23 a 30.1.2023, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1789/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito nos dias 29 e 30.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1791/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1249/2023-PGJ, de 15.3.2023, na parte que convocou a Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para participar da 21ª edição do Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, no período de 18 a 20.4.2023, na cidade de Bonito.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1806/2023-PGJ, DE 14.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro 4 (quatro) dias de férias compensatórias no período de 2 a 5.5.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1788/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1502/2023-PGJ, de 30.3.2023, na parte que designou o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Maracaju no dia 11.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1786/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar da comarca de Campo Grande no dia 25.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1508/2023-PGJ, DE 30.3.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli 3 (três) dias de férias compensatórias no período de 17 a 19.4.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1633/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 18 (dezoito) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Júnior, que seriam usufruídos no período de 14 a 31.3.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002668-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1785/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri da comarca de Pedro Gomes nos dias 15 e 29.5.2023, no julgamento dos Autos nº 0000003-66.2016.8.12.0039 e nº 0000259-14.2013.8.12.0039, respectivamente.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1766/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Wilson Canci Junior 1 (um) dia de compensação no dia 24.4.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 7 a 16.1.2023, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1543/2023-PGJ, DE 3.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 9 (nove) dias de férias compensatórias no período de 11 a 19.12.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1624/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, que seriam usufruídos no período de 20.3 a 3.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002874-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1787/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 1466/2023-PGJ, de 30.3.2023, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de abril de 2023, a Promotora de Justiça abaixo relacionada, em virtude de ponto facultativo na comarca de Miranda:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--|-----------------------|--------------------------------|---------------------|
| REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI | | | |
| 20.4.2023 | 1ª PJ de Miranda | Talita Zoccolaro Papa Muritiba | 99244-7079 |

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1800/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1466/2023-PGJ, de 30.3.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de abril de 2023, de forma que, onde consta:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|---|-------------------------------|-------------------------|---------------------|
| REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO | | | |
| 15 e 16.4.2023 | 1ª PJ de São Gabriel do Oeste | Daniel Higa de Oliveira | 99906-0123 |

● Passe a constar:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|---|-------------------------------|---------------------------------------|---------------------|
| REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO | | | |
| 15 e 16.4.2023 | 2ª PJ de São Gabriel do Oeste | Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo | 98478-2380 |

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1822/2023-PGJ, DE 14.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1466/2023-PGJ, de 30.3.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de abril de 2023, de forma que, onde consta:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|---|-----------------------|------------------------|---------------------|
| REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ | | | |
| 15 e 16.4.2023 | 2ª PJ de Naviraí | Daniel Pivaro Stadniky | 99963-0050 |

● Passe a constar:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|---|-----------------------|------------------------------------|---------------------|
| REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ | | | |
| 15 e 16.4.2023 | 1ª PJ de Naviraí | Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto | 98462-9219 |

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1611/2023-PGJ, DE 4.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 16 (dezesseis) dias de compensação de plantão à Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, que seriam usufruídos no período de 20.3 a 4.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002739-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1815/2023-PGJ, DE 14.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Água Clara no dia 11.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1818/2023-PGJ, DE 14.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Moisés Casarotto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Água Clara, no julgamento dos Autos nº 0001431-34.2008.8.12.0049, no dia 19.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1814/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de São Gabriel do Oeste no período de 18 a 20.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1790/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar pública, para todos os efeitos legais, a requisição do Conselho Nacional do Ministério Público para o Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja integrar a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional do Ministério Público no período de 17 a 20.4.2023, conforme a Portaria CN nº 26, de 27.3.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1784/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5788/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

| PERÍODO DE PLANTÃO | ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089) |
|--------------------------------------|---|
| 7 (19h01min) a 14.8.2023 (11h59min) | Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja |
| 14 (19h01min) a 21.8.2023 (11h59min) | Livia Carla Guadanhim Bariani |

| PERÍODO DE PLANTÃO | ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431) |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| 24 (19h01min) a 31.7.2023 (11h59min) | Kristiam Gomes Simões |
| 31.7 (19h01min) a 7.8.2023 (11h59min) | Fabricio Proença de Azambuja |



●passe a constar:

| PERÍODO DE PLANTÃO | ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089) |
|--------------------------------------|---|
| 7 (19h01min) a 14.8.2023 (11h59min) | Lívia Carla Guadanhim Bariani |
| 14 (19h01min) a 21.8.2023 (11h59min) | Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja |

| PERÍODO DE PLANTÃO | ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431) |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| 24 (19h01min) a 31.7.2023 (11h59min) | Fabricio Proença de Azambuja |
| 31.7 (19h01min) a 7.8.2023 (11h59min) | Kristiam Gomes Simões |

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1774/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto nº 5.860, de 24.3.2023, da Prefeitura Municipal de Brasilândia, que, alterou o feriado oficial em comemoração ao aniversário do município de Brasilândia do dia 25.4.2023 para o dia 28.4.2023;

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0005/2023 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou a transferência do feriado oficial municipal e autorizou a suspensão do expediente forense na comarca de Brasilândia no dia 28.4.2023,

R E S O L V E:

Alterar o feriado do dia 25.4.2023, terça-feira, para o dia 28.4.2023, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Brasilândia, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1775/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Denise Oliveira da Silveira Xavier, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, a partir de 23.12.2022, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 6º, incisos I, II, III, IV e V, e § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 274, de 21 de maio de 2020, c/c o artigo 31-B, § 20, da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul, observados os critérios da legislação vigente (Processo nº 77/004121/2023, PU nº 02.2023.00038048-3 e PGA nº 09.2022.00008001-1).

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1819/2023-PGJ, DE 14.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Ana Claudia Gonçalves para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 22ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, decorrente de licença-maternidade da servidora Thallyta Iflan da Cunha Barbeta, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1820/2023-PGJ, DE 14.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Yarima Alderete para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 5ª Procuradoria de Justiça Cível, decorrente de licença-maternidade da servidora Paula da Cunha Bulhões, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1821/2023-PGJ, DE 14.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Aline Silva e Silva para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 13ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, decorrente de licença-maternidade da servidora Elisa Parra Katayama, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1826/2023-PGJ, DE 14.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 1730/2023-PGJ, de 11.4.2023, a servidora Bruna Gregio Soares de Manzano Linjardi, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar, no dia 16.4.2023, na aplicação das provas do VI Concurso de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1782/2023-PGJ, DE 13.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 1058/2020-PGJ, de 19.3.2020, com a redação dada pela Portaria nº 2792/2020-PGJ, de 27.8.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1803/2023-PGJ, DE 14.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores, do Quadro do Ministério Público Estadual, como gestores do termo de cooperação técnica decorrente do PGA nº 09.2021.000041930-6, conforme segue: 1) Gestor – Rafael Tosi de Carvalho, Assessor Jurídico; 2) Suplente – Mariana Silva Martins, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1769/2023-PGJ, DE 13.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Renata Patricia Souza Monteiro Mendes, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 3 a 5.4.2023, em razão de afastamento da servidora Adriana Vargas dos Santos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1770/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Financeira no período de 10 a 14.4.2023, em razão de afastamento da titular, Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1771/2023-PGJ, DE 13.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jean Carlos Ramos da Silva, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle de Informações e Resultados, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Contratos no dia 14.4.2023, em razão de afastamento da titular, Djene de Souza.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1772/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio da Secretaria-Geral a partir de 14.3.2023, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em razão de afastamento da titular, Jokasta dos Santos Lopes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1773/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Análise e Compras nos períodos de 3 a 20.4.2023 e 24.4 a 3.5.2023, em razão de afastamento do titular, Paulo Roberto Martins Cavallari.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1798/2023-PGJ, DE 13.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Vanduir Abadio Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 4.4.2023, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 935/2012-PGJ, de 27.6.2012, na parte em que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2023.00003859-4).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1799/2023-PGJ, DE 13.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Carlos Gonzalez Fernandes, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 3.4.2023, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 184/2014-PGJ, de 3.2.2014, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2023.00003694-1).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 6ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 27 DE MARÇO DE 2023.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000579-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Renato Eberhart

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada “Fazenda Recanto”, localizada no município de Ponta Porã

Advogada: Aniele Araujo Castilho Teno – OAB/MS nº 19.071.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL NA “FAZENDA RECANTO”, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001012-9, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000089-6

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Augusto do Amaral

Requerido: Câmara Municipal de Corumbá



Assunto: Apurar eventuais irregularidades na utilização de Verba Indenizatória Para Custeio das Atividades Parlamentares dos Vereadores com relação aos serviços prestados por Pedro Paulo de Miranda a vereadores de Corumbá/MS, sem a efetiva comprovação de serviços prestados, no período compreendido entre 2017 e abril de 2019.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE VERBA INDENIZATÓRIA PARA CUSTEIO DE ATIVIDADES PARLAMENTARES - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades apontadas na portaria do procedimento não mais subsistem, haja vista que o requerido foi exonerado do referido cargo. Considerando, ainda, que restou comprovada a efetiva prestação de serviços à Câmara Municipal de Corumbá no período investigado, não há que se falar em enriquecimento ilícito. 2. Por outro lado, não restou comprovado o elemento subjetivo doloso necessário para a caracterização de ato improbidade administrativa pelos agentes responsáveis. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000081-6

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Apurar irregularidade na contratação e execução dos serviços no Processo Licitatório que ensejou a celebração do Contrato Administrativo nº 013/2010-SEMFAD, decorrente do desmembramento do IC nº 06.2017.00002401-4.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - APURAR IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ENSEJOU A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2010-SEMFAD - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO CONTRATO CELEBRADO - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que não foram constatadas irregularidades que configurem a prática de atos de improbidade administrativa pelo Município de Corumbá, ante a inexistência de vícios na celebração e duração do Contrato Administrativo nº 013/2010/SEMFAD. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001857-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Alves de Jesus

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada, assim como degradação da Área de Preservação Permanente, e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, Bloco 02, Lote 15, propriedade de Cristiane Nascimento da Costa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMAPUÃ/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA FALTA DE ESTRUTURA PARA CONTER A ENXURRADA, BEM COMO DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, E REGULARIZAÇÃO JURÍDICOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE LOCALIZADA NO BAIRRO CHÁCARA RECREIO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - RELATÓRIO ELABORADO PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - INEXISTÊNCIA DE PROCESSO EROSIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Infere-se do último Relatório de Fiscalização Ambiental nº 047/2ºPEL elaborado pela Polícia Militar Ambiental de São Gabriel do Oeste/MDS, que não foi observado nenhum processo erosivo, ao passo que apresentou mata ciliar preservada, não sendo constatado nenhuma irregularidade. Tais pressupostos, levam à conclusão de aplicabilidade do Enunciado nº 10 deste Colegiado, na parte em que preceitua que cabe a homologação da promoção de arquivamento quando comprovada a inscrição da propriedade rural no CARMS e a inexistência de dano ambiental. Impende frisar que



a área aqui investigada é zona urbana do Município de Camapuã, não havendo que se falar na necessidade em se obter referido cadastro no CARMS. Dessa forma, verifica-se que as irregularidades inicialmente constatadas foram sanadas, tornando-se ausente a justa causa à continuidade das investigações no presente feito, esvaindo-se, assim, o objeto deste inquérito civil. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000582-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Giuliane Pereira Barbosa Monteiro

Assunto: Apuração da construção irregular em área de preservação permanente do "Córrego Bonito", conforme o auto de infração n. 6711, feito pela Polícia Militar Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BONITO/MS - APURAÇÃO DE CONSTRUÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO "CÓRREGO BONITO" - APRESENTAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO E PRADA - NECESSIDADE DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 10/2017 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - NÃO HOMOLOGADA. Observa-se que a proprietária do empreendimento "Loteamento Monte Cristo" acostou o respectivo PRADA Projeto para Recuperação de Área Degradada e/ou Alterada (fls. 121/127), bem como a Licença de Instalação e Operação nº 47/2022, estando devidamente de acordo com as condicionantes ali estipuladas. Ocorre, no entanto, que, sobre o tema, o Conselho Superior do Ministério Público editou o Enunciado nº 10, de 6 de julho de 2017, o qual prevê expressamente o que o membro ministerial deve celebrar "Termo de Ajustamento de Conduta" (título executivo) em caso de constatação de danos ambientais, ainda que haja a apresentação do PRADA, como é o caso dos autos. Dessa forma, verifica-se que a Promoção de Arquivamento não deve, no momento, ser homologada, haja vista a constatação de danos ambientais no loteamento em referência, uma vez constatada a ausência de celebração de "Termo de Ajustamento de Conduta", prevendo a reparação ambiental, estando, pois, em desconformidade com o que dispõe o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público. Desse modo, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem, para a realização da diligência sugerida.

Deliberação: Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para a realização da diligência sugerida, nos termos do voto do relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000326-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: João Plínio Ratier Moreno, João Gabriel Brito Moreno, Thiago Henrique Brito Moreno, Alanna Tayse Pagnoncelli Corso

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada "Fazenda Rincão de Julho" e buscar a compensação pelo dano ambiental do desmatamento de 0,84 hectares de vegetação ativa sem licença ambiental.

Advogados: Luis Otávio Ramos Garcia – OAB/MS nº 11.140 e Rodrigo Santana – OAB/MS nº 14.162.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA "FAZENDA RINCÃO DE JULHO" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00001019-5 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 265/274, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001019-5 (fl. 284) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Procedimento Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000336-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dorvalino Zanchin

Assunto: Apuração do desmatamento em tese irregular de 4,06 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda "Paulista", em Sonora/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 147/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SONORA/MS - APURAÇÃO DE DESMATAMENTO IRREGULAR DE 4,06 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA NA "FAZENDA PAULISTA", SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00000780-2 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 167/175, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000780-2 (fl. 184) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9, do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000653-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Yoshiaki Takebe

Assunto: Apuração das condições jurídico-ambientais na propriedade do requerido, em razão da ausência de 20,18 hectares para compor o mínimo de 20% destinado à Reserva Legal, bem como a ausência de 30 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas delimitadas como Reservas Legais, totalizando 50,18 hectares em déficit na área, na Fazenda "Nova Esperança", em Angélica/MS, conforme Parecer nº 011/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANGÉLICA/MS - APURAÇÃO DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-AMBIENTAIS DA PROPRIEDADE "FAZENDA NOVA ESPERANÇA", EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE 20,18 HECTARES PARA COMPOR O MÍNIMO DE 20% DESTINADO À RESERVA LEGAL, BEM COMO A AUSÊNCIA DE 30 HECTARES DE VEGETAÇÃO ARBÓREA Densa NAS ÁREAS DELIMITADAS COMO RESERVAS LEGAIS, TOTALIZANDO 50,18 HECTARES EM DÉFICIT NA ÁREA (PROGRAMA SOS RIOS PROJETO CÓRREGO ENGANO) - ENUNCIADO Nº 11/2017 - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Cumpre esclarecer que o Parecer n.º 011/2021 CEIPPAM/LASANGEUEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano) recomendou a adoção das seguintes medidas para recuperação da área: a) Adequação do CAR da propriedade para que haja cumprimento da existência de vegetação mínima necessária, uma vez que faltam 50,18 hectares para compor a Reserva Legal ou apresentação de justificativa que será analisada pela Promotoria de Justiça; b) Apresentação de PRADA da propriedade para recuperação das áreas degradadas encontradas (RL com ausência de vegetação arbórea densa). Atendendo à Recomendação supracitada, a propriedade se encontra inscrita no CAR (fl. 154) e com PRADA apresentado junto ao Órgão Ambiental (fls. 140/153), demonstrando-se que a área está em fase de recuperação. Nesse sentido, com a apresentação dos documentos solicitados, há a incidência do Enunciado nº 11/2017.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001110-2

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Clenir de Souza Correa

Assunto: Apuração de eventual funcionamento de ILPI em situação irregular no Município de Sidrolândia/MS, conforme



informações trazidas no Ofício n.º 724/2022/SEAS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SIDROLÂNDIA/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL FUNCIONAMENTO DE ILPI (INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS) EM SITUAÇÃO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A MANUTENÇÃO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Após análise detida do procedimento, verifica-se que as diligências possíveis para apuração dos fatos noticiados já foram realizadas, e, ante o encerramento das atividades da ILPI irregular, deve o presente feito ser arquivado. O Conselho Municipal dos Idosos realizou visita domiciliar à rua Antônio Alves Nantes, nº. 640, Jardim Paraíso, na data de 19 de dezembro de 2022, oportunidade em que se constatou o fim do funcionamento das atividades irregulares do local, tendo sido relatado que lá não foi observada a presença de nenhum idoso, bem como se observou a retirada dos móveis e utensílios dos quartos em que os idosos eram acomodados durante a estada dos mesmos no local (fls. 128/129). Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa. A Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui se declarou impedida para atuar nestes autos em razão de seu parentesco com a Promotora de Justiça Janeli Basso titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001035-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jair Boni Cogo (Gestor à época do Município de Cassilândia)

Assunto: Apurar-se a regularidade da dispensa de licitação no processo administrativo n. 087/2019.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CASSILÂNDIA/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2019 - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. As diligências realizadas restaram suficientes para esclarecer o objeto do Inquérito Civil. A contratação respeitou os limites legais para a dispensa licitatória. Ausência, pois, de fundamentos para o prosseguimento do feito, ante a não comprovação de indícios de ilegalidade ou dolo na contratação mediante dispensa de licitação, tampouco ficando demonstrada a existência de superfaturamento ou prejuízo ao erário. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000834-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: "Córrego do Baile Adm. de Bens Soc. Civil Ltda."

Assunto: Apuração quanto à regularidade jurídico-ambiental da "Fazenda Santa Terezinha - Parte II" à margem do "Córrego Baile".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ANDRADINA/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA "FAZENDA SANTA TEREZINHA PARTE II" À MARGEM DO "CÓRREGO BAILE" - INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR-MS - INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DESMATAMENTO E/OU PROCESSOS EROSIVOS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES E RESOLUTIVAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Cabe ressaltar as pertinentes observações do Diagnóstico Ambiental (Ficha Cadastral 42) em que, em vistoria in loco realizada de fls. 7/14, considerou-se que a medida necessária seria o georreferenciamento da propriedade conforme a Lei Federal nº 267/2001, regulamentada pelo Decreto nº 4449/2002 e pelas Normas Técnicas do INCRA, não havendo presença de desmatamento e tampouco erosão, inexistindo, pois, danos ambientais a serem recompostos. Nessa perspectiva, vê-se que o proprietário do imóvel, após prévio levantamento georreferenciado, apresentou as informações constantes da inscrição da propriedade no CAR-MS (fls. 32/34), contendo a área de 7,8730 ha para Reserva Legal (CARMS0072952), inclusive com adesão ao Programa MS Mais Sustentável. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

**2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Inquérito Civil de nº 06.2018.00000269-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito/MS

Assunto: Apurar a necessidade de criação de três unidades de conservação no município de Bonito/MS, para fins de proteção das áreas de banhado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE TRÊS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BONITO/MS, PARA FINS DE PROTEÇÃO DAS ÁREAS DE BANHADO. DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS PROVOCADOS. TENTATIVAS DE ATUAÇÃO CONJUNTA INFRUTÍFERAS. EDIÇÃO DE LEI ESTADUAL COM FINALIDADE SEMELHANTE CAPAZ DE SUPRIR A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. INVIABILIDADE DE PROPOSITURA DE MEDIDA JUDICIAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que em virtude da relevância do tema em análise o representante deste *Parquet* buscou incessantemente provocar diversas instituições públicas acerca da possibilidade da criação de unidades de conservação ambiental no município de Bonito/MS, no entanto, todas as tentativas restaram infrutíferas. 2. Cumpre salientar que a criação de Unidades de Conservação demanda a observância estrita de inúmeros critérios e formalidades constantes da Lei Federal nº 9985/2000, como por exemplo, a realização de estudos técnicos e consultas públicas aptas a identificar a localização precisa do ambiente a ser conservado, a dimensão e limites georreferências adequados para a implementação, dentre outras exigências capituladas no dispositivo legal citado. Ocorre que, nenhum estudo/consulta pública foi viabilizado pelo poder público em âmbito municipal, estadual ou federal. 3. Por outro lado, no ano de 2021 foi editada pelo Governo Estadual a Lei nº 5.782 determinando a proteção às áreas prioritárias de banhados das nascentes do Rio da Prata e do Rio Formoso para ações governamentais relativas à qualidade ambiental e ao equilíbrio ecológico, bem como outras providências neste sentido. Destaca-se que após a edição da legislação estadual citada, 14.000 (quatorze mil hectares) de área de banhados passaram a ser protegidas, o que, supre demasiadamente a necessidade de criação das Unidades de Conservação aludida na Portaria de Nº 017/2016/2ªPJBTO.3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de qualquer medida judicial. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001256-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria estadual de obras

Assunto: Apurar possível negligência da autoridade pública estadual na manutenção da Rodovia BR-359 nas proximidades dos municípios de Alcinópolis e Coxim e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL NEGLIGÊNCIA DA AUTORIDADE PÚBLICA ESTADUAL NA MANUTENÇÃO DA RODOVIA BR-359 NAS PROXIMIDADES DO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS E COXIM E EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NECESSIDADE DE REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM ATENÇÃO AO ARTIGO 109, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ENUNCIADO Nº 16/CSMP. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. Considerando que os fatos envolvem a rodovia BR-359/MS, cuja manutenção e conservação é de responsabilidade do DNIT, autarquia federal, envolvendo então, bens e serviços de interesse da União, verifica-se que compete ao Ministério Público Federal atuar no feito, em atenção ao artigo 109 da Constituição Federal. Assim, vota-se para que seja referendado o presente declínio de atribuição do Inquérito Civil nº 06.2018.00001256-6 ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 9.º-A, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, e do Enunciado n.º 16/CSMP. Para tanto, determino a baixa dos autos à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, remetendo-se o feito à Promotoria de Justiça de origem para que esta remeta os autos ao Ministério Público Federal, para adoção das providências que julgar necessárias.

Deliberação: Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

3. Inquérito Civil de nº 06.2019.00001109-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdecy Pereira da Costa, Flávio César de Souza Freitas



Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de agência de publicidade para prestação de serviços à Câmara Municipal de Vereadores de Cassilândia/MS no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), conforme Extrato de Contrato nº 013/2019, Tomada de Preço nº 002/2019 e Processo Administrativo nº 016/2019.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CASSILÂNDIA/MS NO VALOR DE CENTO E OITENTA MIL REAIS, CONFORME O EXTRATO DE CONTRATO DE Nº 013/2019, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2019. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO. PERDA DO OBJETO - NÃO CONSTATAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência dos atos de improbidade administrativa apontados na representação. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública ou a celebração de Acordo de Não Persecução Cível. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001208-1

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joycelene Yamada Nakazato

Assunto: Apurar suposto lançamento de atendimentos fictícios, pela Coordenadora de Saúde Bucal do Município de Miranda, junto ao banco de dados do Sistema Único de Saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO LANÇAMENTO DE ATENDIMENTOS FICTÍCIOS PELA COORDENADORA DE SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO DE MIRANDA JUNTO AO BANCO DE DADOS DO SISTEMA DE SAÚDE. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência dos atos de improbidade administrativa apontados na representação. 2. Importante salientar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Deste modo, resta justificada a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001261-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Juliano Alves Marangoni

Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 36, 38, 42, 44, 46, 48 e 50, da Quadra 76, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DEODÁPOLIS - APURAR DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO MANEJO INADEQUADO DO SOLO E DA VEGETAÇÃO NATIVA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO



HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000926-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Paulo César Fratin e Rosineide Aparecida da Silva Fratin Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Córrego Fundo I, localizada no Município de Paranaíba.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PARANAÍBA - DANO AMBIENTAL - CORTE DE ÁRVORES NATIVAS SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000044-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Maria Aparecida Borges Stella e Ocimar Recalcatti

Assunto: Apurar irregularidade jurídico-ambiental referente a abertura de estrada com aproximadamente 6.185m² em área de Preservação Permanente, bem como 33,20 hectares de área lavrada e cultivada com intenso escoamento do solo, ocasionando assoreamento do Córrego Chapena, na Fazenda Samambaia, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme os Autos de Infração nº 9786/2022 e nº 9863/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO - APURAR POSSÍVEL ABERTURA DE ESTRADA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - LITISPENDÊNCIA - OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que os fatos apurados no presente procedimento estão abrangidos pelo objeto do Inquérito Civil n.º 06.2022.00000775-3, o qual foi instaurado para “apurar os danos ambientais detectados pelo IMASUL na Fazenda Samambaia, de propriedade de Maria Aparecida Borges Stella, está se utilizando a APP de forma inadequada, com lixo e benfeitorias irregulares, bem como assoreamento de curso d'água na região do Rio do Peixe”, em data anterior a deste Inquérito Civil. Sobre o tema, este Colendo Conselho Superior do Ministério Público editou o Enunciado nº 18, o qual, estabelece que havendo a duplicidade de procedimentos, deverá ser arquivado o procedimento mais recente, trasladando-se os seus elementos probatórios para o mais antigo. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001442-1

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar adequação do serviço de segurança existente na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE PARANAÍBA – DIREITOS HUMANOS - APURAR A ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA EXISTENTE NA IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARANAÍBA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA – COMPROMISSO DE AUMENTO DAS RONDAS



PELA POLÍCIA MILITAR - GARANTIA DA SEGURANÇA E INTEGRIDADE FÍSICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto a Polícia Militar se comprometeu a aumentar a frequência das rondas nos arredores da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba, de modo a garantir a segurança e a integridade física dos funcionários e pacientes, após reunião realizada na Promotoria de Justiça de origem. Outrossim, o Município e o Conselho da Comunidade apresentaram justificativas concretas sobre a impossibilidade de reforço da segurança mediante contratação de agentes exclusivos. Atuação resolutive do Promotor de Justiça. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001254-1

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fundação Mato-Grossense do Sul de Comunicação – FUMAGROS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas, em tese, no âmbito da Fundação Mato Grossense do Sul de Comunicação FUMAGROS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – PATRIMÔNIO PÚBLICO E FUNDAÇÕES – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA FUMAGROS – DESVIOS DE RECURSOS NÃO EVIDENCIADOS – INEXISTÊNCIA DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO – ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO – DANO AO ERÁRIO NÃO VERIFICADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto a investigação não identificou evidências de desvios de recursos pelos gestores da fundação. Desse modo, não houve comprovação de ato doloso com fim ilícito que configure ato de improbidade administrativa, tampouco foi encontrado ato ilícito causador de efetivo dano ao erário. Esgotadas todas as diligências, inexistente fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000710-9

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas por cidadãos acampados na margem da estrada municipal que dá acesso à Reserva Canindé.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE TERENOS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS POR CIDADÃOS ACAMPADOS NA MARGEM DA ESTRADA MUNICIPAL QUE DÁ ACESSO À RESERVA CANINDÉ – DILIGÊNCIAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA MANUTENÇÃO DO PROCEDIMENTO OU AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento preparatório se justifica, porquanto foram adotadas as medidas necessárias pela Prefeitura Municipal de Terenos com o intuito de regularizar a posse da área pública, mediante o ajuizamento de ação de reintegração de posse. Ademais, o INCRA informou a inexistência de procedimento em andamento para reforma agrária no local, atestando a irregularidade da posse exercida. Destarte, não há justa causa para manutenção do procedimento. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000332-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edivaldo Luis Franschinelli

Assunto: Apurar eventual dano ambiental em razão da extração e transporte ilegal de madeira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL EM RAZÃO DA EXTRAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE MADEIRA – RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL E ADMINISTRATIVA – PERDIMENTO E DOAÇÃO DA MADEIRA APREENDIDA – PROMOÇÃO



DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto houve o requerimento de perdimento e doação da madeira apreendida, conforme dispõe o art. 25 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) e “Roteiro Virtual do Ministério Público Estadual”. Após o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, foi dado o devido encaminhamento à matéria, inexistindo substrato fático-jurídico para manutenção do inquérito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000106-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sebastião Leite do Nascimento

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, praticado, em tese, por Sebastião Leite do Nascimento, na propriedade rural “Estância Dayane Ranch”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMAPUÃ – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE RURAL ESTÂNCIA DAYANE RANCH – INGRESSO DE ANIMAIS EM ÁREA DE NASCENTE PARA DESSEDENTAÇÃO – IMÓVEL INSCRITO NO CAR/MS – ÁREA CERCADA E EM PROCESSO DE REGENERAÇÃO NATURAL – ACORDO PARA REPARAÇÃO DO CRIME AMBIENTAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a regularidade jurídico-ambiental da propriedade. Após vistoria in loco, identificou-se que a área se encontra em processo de regeneração natural e devidamente cercada, de modo a evitar o ingresso de suínos para dessedentação em área de nascente. O imóvel encontra-se devidamente inscrito no CAR/MS e foi celebrada transação penal para reparação do crime ambiental. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001462-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de São Gabriel do Oeste e Morro da Mesa Serviços e Transportes Eirelli ME

Assunto: Apurar possível irregularidade na execução de obra pública licitada pelo município de São Gabriel do Oeste/MS, objeto do Processo Administrativo n. 13.212/2019, que deu ensejo à subscrição do Contrato Administrativo nº 290/2019 obras de construção do muro do “lixão”, causando prejuízo ao erário municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO DO “LIXÃO” NO MUNICÍPIO – FALHAS E DEFEITOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO CONSTATADOS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA E ATENDIDA – AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO E RESSARCIMENTO AO ERÁRIO PELO MUNICÍPIO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA MANUTENÇÃO DO INQUÉRITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto, identificadas as falhas e defeitos na execução do contrato, após a expedição de recomendação pelo Ministério Público, o Município de São Gabriel do Oeste ajuizou ação cível para indenização e ressarcimento ao erário dos danos suportados. Destarte, inexistente fundamento para manutenção do inquérito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000718-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a suposta prática de ato de improbidade administrativa, decorrente de assédio moral, no interior do Hospital Municipal de Naviraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NAVIRAÍ – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR A SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE ASSÉDIO MORAL NO INTERIOR DO HOSPITAL MUNICIPAL – ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO – LEI 14.230/2021 – INEXISTÊNCIA DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.



O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto a investigação não identificou evidências de ato doloso com fim ilícito que configure a prática de improbidade administrativa. Os depoimentos colhidos na Promotoria de Justiça atestam a existência de cenário beligerante entre a classe médica e a enfermagem, contudo, conflito a ser apurado na seara individual e cível, sem atrair a incidência das regras do Direito Administrativo Sancionador. Esgotadas as diligências, inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000880-0

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de MS

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar deficiências físicas e de pessoal no funcionamento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Chapadão do Sul/MS, bem como o déficit de psicólogos, adotando medidas visando à sua regularização.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E DE PESSOAL NO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL/MS, BEM COMO O DÉFICIT DE PSICÓLOGOS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Compulsando os autos, verifica-se que não remanescem problemas relativos ao quadro de funcionários da área da saúde. Além disso, as instalações das ESF's (Estratégia Saúde da Família) passaram por reforma, solucionando as irregularidades estruturais e de acessibilidade anteriormente identificadas; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a municipalidade adotou as medidas cabíveis à resolução da problemática inicialmente existente; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000464-8

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de estrutura física, material e de pessoal do Núcleo de Perícia e Identificação de Jardim/MS

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A FALTA DE ESTRUTURA FÍSICA, MATERIAL E DE PESSOAL DO NÚCLEO DE PERÍCIA E IDENTIFICAÇÃO DE JARDIM/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. RECOMENDAÇÃO ACATADA. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que a recomendação ministerial fora acatada, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de medidas judiciais, razão pela qual vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000616-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Irani Crivelari de Lima

Assunto: Apurar o desmatamento de 4,70 hectares em área de Reserva Legal, bem como o desmatamento de 35,93 hectares de vegetação nativa, ambos localizados em Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Santa Luzia, em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 186RCLEH e Auto de Infração nº KKM8JPD, respectivamente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE 4,70 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA



LEGAL, BEM COMO O DESMATAMENTO DE 35,93 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, AMBOS LOCALIZADOS EM BIOMA MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA SANTA LUZIA, EM IGUATEMI/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO Nº 186RCLEH E AUTO DE INFRAÇÃO Nº KKM8JPD, RESPECTIVAMENTE. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a requerida, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011935-7 (fl. 527) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000696-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Edgar Martins Peixoto

Assunto: Apurar desmatamento de área de aproximadamente 29,84 hectares de vegetação nativa, sem autorização do órgão competente, ocorrido na Fazenda Esperança, de propriedade de Edgar Martins Peixoto, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO DE ÁREA DE APROXIMADAMENTE 29,84 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, OCORRIDO NA FAZENDA ESPERANÇA, DE PROPRIEDADE DE EDGAR MARTINS PEIXOTO, LOCALIZADA EM GUIA LOPES DA LAGUNA/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 143/151; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00012099-7 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000079-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, em razão de ausência de repasse financeiro do Município de Paranhos/MS ao Banco Bradesco S/A, decorrente de convênio celebrado para desconto diretamente em folha de pagamento de parcelas de empréstimo consignado concedido aos servidores públicos municipais e repasse à instituição financeira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A PRÁTICA DE EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE REPASSE FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE PARANHOS/MS AO BANCO BRADESCO S/A, DECORRENTE DE CONVÊNIO CELEBRADO PARA DESCONTO DIRETO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE PARCELAS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CONCEDIDO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E REPASSE À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não confirmaram as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil; 2. Após o retorno destes autos com as diligências cabíveis, restou constatado que a Promotoria de Justiça de Sete Quedas cumpriu todas as recomendações necessárias à instrução do procedimento, não restando demonstrada a existência de irregularidades que justifiquem o prosseguimento do feito, sendo o arquivamento medida que se impõe; 3. A homologação



da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000959-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agropecuária Piravevê Ltda e Brianza Comércio e Indústria de Cerâmica Ltda.

Assunto: Apurar a irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 1,82 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Piravevê, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 36/21/NUGEO, bem como irregularidade jurídica ambiental da intervenção em 4,39 hectares de vegetação nativa na mesma propriedade rural, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Vistoria da PMA n. 033/3ºGPM/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A IRREGULARIDADE AMBIENTAL REFERENTE A SUPRESSÃO VEGETAL EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA PIRAVEVÊ, EM ANGÉLICA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 36/21/NUGEO E RELATÓRIO DE VISTORIA DA PMA N. 033/3ºGPM/2021 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com as compromissárias, as quais se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 380-389; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00012005-3 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000246-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santana da Boa Vista, Elizabeth Peron Coelho

Assunto: Apurar o dano de 4,53 em área consolidada na fazenda Santana da Boa Vista, em Terenos/MS, de propriedade de Elizabeth Peron Coelho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O DANO DE 4,53 EM ÁREA CONSOLIDADA NA FAZENDA SANTANA DA BOA VISTA, EM TERENOS/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com a compromissária, o qual se comprometeu a realizar as obrigações contidas nas fls. 190-194; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00012374-0, para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades diagnosticadas foram objeto de ajustamento;

3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000486-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Gustavo Mazzoni

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,18 hectares em Área Remanescente de Vegetação



Nativa, no Rancho da Serra, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 023/2ª PEL PMA - São Gabriel do Oeste/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 2,18 HECTARES EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA, NO RANCHO DA SERRA, EM RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 023/2ª PEL PMA - SÃO GABRIEL DO OESTE/MS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011787-0 (fls. 104/105) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000290-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Faria de Araújo

Assunto: Apurar a exploração de 2,75 ha de vegetação nativa na Fazenda Paraíso, conforme Auto de Infração n. 4781, oriundo da Polícia Militar Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A EXPLORAÇÃO DE 2,75 HA DE VEGETAÇÃO NATIVA NA FAZENDA PARAÍSO, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO N. 4781, ORIUNDO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL – LITISPENDÊNCIA – ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Durante a instrução, verificou-se a duplicidade de procedimentos tramitando no órgão de execução com o mesmo objeto e as mesmas partes, configurando-se o instituto da litispendência, adotado em processos no CPC e, por analogia, adotado nos procedimentos extrajudiciais; 2. Os fatos apurados neste Inquérito Civil também estão sendo investigados no Inquérito Civil nº 06.2020.00000705-6 (fls. 7/49), instaurado em data anterior a este procedimento e onde já foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta, devidamente homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público; 3. De acordo com a regra processual prevalecente, nos casos em que há duplicidade de procedimentos, o mais antigo deve permanecer em trâmite, enquanto o mais recente será arquivado; 4. Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00000609-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Oca Participações e Investimentos S/A., Diva Maria Atallah

Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da supressão de 165,81 ha de vegetação nativa sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico n. 51/22/NUGEO, ocorrida na Fazenda Água Boa (CAR/MS n. 0004840), localizada em Anastácio/MS, cujos responsáveis legais são Diva Maria Atallah e OCA Participações e Investimentos S/A.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 165,81 HA DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME CONCLUSÃO DO LAUDO TÉCNICO N. 51/22/NUGEO, OCORRIDA NA FAZENDA ÁGUA BOA (CAR/MS N. 0004840), LOCALIZADA EM ANASTÁCIO/MS, CUJOS RESPONSÁVEIS LEGAIS SÃO DIVA MARIA ATALLAH E OCA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. OBJETO ESGOTADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Da análise dos autos, verifica-se que o objeto do procedimento está esgotado, uma vez que o Parecer nº 526/22/CEIPPAM verificou que o desmate de 165,81 hectares ocorrido na propriedade rural denominada Fazenda Água Boa (CAR/MS nº 0004840) está abarcado pela Autorização



Ambiental para Supressão Vegetal nº 1347/2021. Além disso, verifica-se que a propriedade está devidamente inscrita no CARMS. Dessa forma, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001262-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

assunto: Averiguar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Emy Ishida Nascimento Nogueira, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL EMY ISHIDA NASCIMENTO NOGUEIRA, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – LITISPENDÊNCIA – ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Durante a instrução, verificou-se a duplicidade de procedimentos tramitando no órgão de execução com o mesmo objeto e as mesmas partes, configurando-se o instituto da litispendência, adotado em processos no CPC e, por analogia, adotados nos procedimentos extrajudiciais; 2. Os fatos apurados neste Inquérito Civil também estão sendo investigados no Inquérito Civil nº 06.2022.00001167- 9 (fls. 9-12), instaurado em data anterior a este procedimento; 3. De acordo com a regra processual prevalecente, nos casos em que há duplicidade de procedimentos, o mais antigo deve permanecer em trâmite, enquanto o mais recente será arquivado; 4. Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

12. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00009339-4

7ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Corumbá

Recorrente: Marina do Amaral

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta situação de risco a qual a idosa Raquel Dias do Amaral estaria submetida.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – APURAR SUPOSTA SITUAÇÃO DE RISCO NA QUAL A IDOSA RAQUEL DIAS DO AMARAL ESTARIA INSERIDA – NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 1. Analisando os autos, verifica-se que o recurso interposto não deve ser provido, tendo em vista que não foram identificados indícios mínimos de que a idosa Raquel Dias do Amaral esteja em situação de risco ou sendo negligenciada nos cuidados essenciais; 2. De acordo com o relatório elaborado pelo CREAS do município de Corumbá, acostado às fls. 11/13, a idosa, que reside atualmente com o filho Augusto do Amaral, encontra-se em boas condições de saúde, higiene e alimentação, não tendo sido observados indícios de maus tratos ou abandono; 3. Ademais, denota-se que as alegações contidas no recurso aviado pela recorrente, não possuem lastro probatório mínimo e limitam-se a repetir suas acusações iniciais, as quais foram rechaçadas pelas diligências realizadas no presente Feito; 4. Não provimento do recurso.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela consequente homologação da promoção de arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00002320-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por existência de edificações em alvenaria em fase inicial, construídas em Áreas de Preservação Permanente, no entorno do Córrego Cabeceira da Lagoa, município de Amambai/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR NOTÍCIA DE EVENTUAL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, PROVOCADA POR EXISTÊNCIA DE EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA EM FASE INICIAL, CONSTRUÍDAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NO ENTORNO DO CÓRREGO CABECEIRA DA LAGOA, MUNICÍPIO DE AMAMBAI/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Da análise dos autos, verifica-se que restaram esgotadas as diligências a serem realizadas neste feito,



porquanto houve a remoção da edificação em questão que estava sendo construída em área de preservação permanente do Córrego Cabeceira da Lagoa. Por outro lado, verifica-se que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003654-4, tendo por objeto acompanhar as ações do projeto de recuperação das áreas de preservação permanente dos Córregos Areião e da Lagoa, desenvolvido pelo Município de Amambai/MS, instituindo um Projeto de Revitalização do Córrego Cabeceira da Lagoa. Assim, verifica-se que todas as demais diligências no tocante à preservação da área de preservação permanente do Córrego Cabeceira da Lagoa serão adotadas no bojo do Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003654-4, cuja solução é mais abrangente e organizada, permitindo uma gestão adequada do bem ambiental em foco. Posto isso, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de medidas judiciais, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00002805-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Roberto Batista do Nascimento

Assunto: Apurar notícia de desmatamento em área de preservação permanente no município de Amambai/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR NOTÍCIA DE DESMATAMENTO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO MUNICÍPIO DE AMAMBAI/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Da análise dos autos, verifica-se que restaram esgotadas as diligências a serem realizadas neste feito, uma vez que a denúncia inicial não se confirmou, tendo em vista que não foram constatados indícios de desmatamento recente no local. Por outro lado, verifica-se que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003654-4, tendo por objeto acompanhar as ações do projeto de recuperação das áreas de preservação permanente dos Córregos Areião e da Lagoa, desenvolvido pelo Município de Amambai/MS, instituindo um Projeto de Revitalização do Córrego Cabeceira da Lagoa. Assim, verifica-se que todas as demais diligências no tocante à preservação da área de preservação permanente do Córrego Cabeceira da Lagoa serão adotadas no bojo do Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003654-4, cuja solução é mais abrangente e organizada, permitindo uma gestão adequada do bem ambiental em foco. Posto isso, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de medidas judiciais, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002456-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nas transações realizadas entre o Município de Terenos/MS, a empresa Stenia Souza da Silva - ME e a empresa Marsoft Informática.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NAS TRANSAÇÕES REALIZADAS ENTRE O MUNICÍPIO DE TERENOS/MS, A EMPRESA STENIA SOUZA DA SILVA - ME E A EMPRESA MARSOFT INFORMÁTICA. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a existência de irregularidade ou ilícito que configure atos de improbidade administrativa. **VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.**

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000236-1

28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

Assunto: Apurar violação dos direitos de adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação na Unidade Educacional de Internação Masculina Dom Bosco, em Campo Grande/MS (alojamentos com péssimas condições estruturais, bem como inadequados e insalubres) - Necessidade de reforma geral



da referida Unidade

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NA UNIDADE EDUCACIONAL DE INTERNAÇÃO MASCULINA DOM BOSCO, EM CAMPO GRANDE/MS (ALOJAMENTOS COM PÉSSIMAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS, BEM COMO INADEQUADOS E INSALUBRES) - NECESSIDADE DE REFORMA GERAL DA REFERIDA UNIDADE. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. OBJETO ESGOTADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A Promotoria de Justiça de origem realizou inspeção in loco na UNEI Dom Bosco no dia 16 de setembro de 2022, constatando que as reformas emergenciais no local ocorreram de forma satisfatória, conforme fotografias de fls. 657-669 (fls. 670 e 672/673). 2. Em consulta ao sistema SAJMP, verifica-se que tramita perante a Vara da Infância, Adolescência e do Idoso de Campo Grande/MS a Ação Civil Pública nº 0820608-46.2018.8.12.0001, ajuizada pela Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul em face do Estado de Mato Grosso do Sul, frente à omissão e inadequação legal e arquitetônica das Unidades de Internação masculina Dom Bosco e feminina Estrela do Amanhã. 3. Os pedidos formulados na Ação Civil Pública nº 0820608-46.2018.8.12.0001 contemplam a implementação de segurança externa na UNEI Dom Bosco, presente na obrigação de adequação à Resolução CONANDA nº 160/2013, de 18 de novembro de 2013, a qual aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. 4. Considerando que o objeto de investigação do presente procedimento já está judicializado na Ação Civil Pública nº 0820608-46.2018.8.12.0001, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de medidas judiciais. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000456-3

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar responsabilidade pelo suposto manejo indevido, pela Câmara de Vereadores de Três Lagoas, da Inexigibilidade de Licitação nº 02/2020 (Processo nº 13/2020), por meio do qual foi contratada a Fundação Stênio Congro (TV Cultura, CNPJ 04.073.837/0001-11) para a transmissão, em canal aberto, das sessões legislativas municipais ordinárias e extraordinárias, em afronta à lei de regência, notadamente o art. 25, II, da Lei 8.666/93, que veda a inexigibilidade em serviços de publicidade e divulgação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR RESPONSABILIDADE PELO SUPOSTO MANEJO INDEVIDO, PELA CÂMARA DE VEREADORES DE TRÊS LAGOAS, DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 (PROCESSO Nº 13/2020), POR MEIO DO QUAL FOI CONTRATADA A FUNDAÇÃO STÊNIO CONGRO (TV CULTURA, CNPJ 04.073.837/0001-11) PARA A TRANSMISSÃO, EM CANAL ABERTO, DAS SESSÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS, EM AFRONTA À LEI DE REGÊNCIA, NOTADAMENTE O ART. 25, II, DA LEI 8.666/93, QUE VEDA A INEXIGIBILIDADE EM SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a existência de irregularidade ou ilícito que configure atos de improbidade administrativa. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000789-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Martinez Garcia

Assunto: Apurar suposta exploração de vegetação nativa na propriedade rural de Antonio Martinez Garcia, denominada Fazenda Correntino, situada no Município de Corguinho/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTA EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA NA PROPRIEDADE RURAL DE ANTONIO MARTINEZ GARCIA, DENOMINADA FAZENDA CORRENTINO, SITUADA NO MUNICÍPIO DE CORGUINHO/MS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo



nº 09.2023.00000568-1 (fl. 118) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001517-1

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas dificuldades enfrentadas para receber a vacinação em postos de saúde de Coxim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTAS DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA RECEBER A VACINAÇÃO EM POSTOS DE SAÚDE DE COXIM/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que o Município de Coxim/MS ampliou as salas de vacinação e vem capacitando mais profissionais para atuarem nessa demanda, conforme informado pelo Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul (fls. 636-641), razão pela qual verifica-se que as dificuldades outrora enfrentadas pela população de Coxim/MS para receber a vacinação adequada nos postos de saúde foi devidamente superada. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001320-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Alcinoópolis/MS

Assunto: Apurar responsabilidades relacionadas à cobertura da rede de esgoto no Município de Alcinoópolis, observado que a norma que disciplina as concessões e permissões da prestação de serviços públicos, regimes previstos no artigo 175 da Constituição Federal, estabelece que a prestação de serviço deve ser feita adequadamente ao pleno atendimento dos usuários, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR RESPONSABILIDADES RELACIONADAS À COBERTURA DA REDE DE ESGOTO NO MUNICÍPIO DE ALCINOÓPOLIS, OBSERVADO QUE A NORMA QUE DISCIPLINA AS CONCESSÕES E PERMISSÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, REGIMES PREVISTOS NO ARTIGO 175 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE QUE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DEVE SER FEITA ADEQUADAMENTE AO PLENO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS, SATISFAZENDO AS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE, CONTINUIDADE, EFICIÊNCIA, SEGURANÇA, ATUALIDADE, GENERALIDADE, CORTESIA NA PRESTAÇÃO E MODICIDADE DAS TARIFAS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que o Município de Alcinoópolis/MS informou que o serviço de esgotamento sanitário já se encontra universalizado, tendo em vista que a meta de cobertura de esgotamento sanitário estabelecida no Contrato de Programa nº 002/2011, e prevista para atender 99% da população, foi atingida em junho/2019 (fls. 941/942 e 947-949). 2. Verifica-se que o Município instituiu o Programa de Reforma e Ampliação de Residências de Pequeno Porte - "Ampliando Sonhos" por meio da Lei Municipal nº 460/2019, de 16 de outubro de 2019, a fim de que a totalidade de domicílios seja conectada à rede de esgoto (fls. 947-949). 3. Verifica-se, também, que a AGEPAN aduziu que determinou à SANESUL que notifique os usuários para que no prazo de 12 meses efetue a ligação à rede de esgotamento sanitário, bem como que adotará ações como a elaboração de material informativo e educativo direcionados aos usuários dos serviços públicos de saneamento a fim de conscientizá-los da importância da conexão à rede de esgotamento sanitário e os reflexos à saúde (fls. 971/972 e 978/979). VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

Campo Grande, 14 de abril de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**AVISO Nº 022/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001222-5** - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Hudson Barbosa Romera de Souza, Município de Dourados - Assunto: Apurar possível irregularidade no parcelamento do solo referente ao loteamento Sitiocas Alvorada, em Dourados/MS.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000523-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Rossana Guirelli Fancelli - Assunto: Apurar desmatamento de 84,07ha, ocorrido na Fazenda Canaã, CARMS 13571, de propriedade da Senhora Rossana Guirelli Fancelli, localizada em Aquidauana/MS.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2017.00002139-4** - 2ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ana Lúcia Guimarães Alves Corrêa, Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar - Assunto: Apurar suposta ocorrência de falha no atendimento no Hospital Regional Doutor Estácio Muniz.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001906-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Augusto Carlos Fernandes Alves - Assunto: Apurar a supressão vegetal e destruição de área de preservação permanente na Fazenda Alegria de propriedade de Augusto Carlos Fernandes Alves, localizada no município de Alcínópolis/MS. (IC nº 009/2016, migrado para o sistema SAJMP).
- 5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002617-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Denúncia anônima - Requeridos: Município de Aquidauana e Odilon Ferraz Alves Ribeiro - Assunto: Apurar denúncia de possível prática de nepotismo na Prefeitura Municipal de Aquidauana.
- 6) Inquérito Civil nº 06.2019.00000022-0** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar degradação ambiental em nascente do Córrego Coqueiro e sua respectiva área de preservação permanente em imóvel pertencente ao município de Campo Grande e matriculado sob nº 182.342.
- 7) Inquérito Civil nº 06.2019.00000774-5 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.
- 8) Inquérito Civil nº 06.2019.00000775-6** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Águas Guararoba S/A - Assunto: Apurar a adequação ambiental e estabilidade da barragem de água Barragem Guararoba, administrada pela Concessionária Águas Guararoba, bem como eventual necessidade de adoção de medidas preventivas, mitigadoras, reparatórias e compensatórias.
- 9) Inquérito Civil nº 06.2019.00001152-7** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar possível ausência de Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar no funcionamento dos estabelecimentos situados em Coxim e promover as medidas cabíveis para adequá-los às normas aplicáveis.
- 10) Inquérito Civil nº 06.2019.00001332-5 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana.
- 11) Inquérito Civil nº 06.2020.00000020-8** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pieguela Echeverria Ziolkowski - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 03, Quadra 17, localizado na Rua Renato Vinholes Ferreira em Campo Grande/MS, matrícula n. 94.898 inscrita no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária nº 9100020030. **Advogado: João Augusto Barbosa Vieira, OAB/MS nº 16.805.**
- 12) Inquérito Civil nº 06.2021.00000358-6** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerentes: Ministério Público Estadual e Maria de Lourdes Messias Gomes - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar as causas de transbordamento de esgoto nos pontos de nºs 12, 14, 15 e 16 do laudo de vistoria nº 5.177/GFMA/SUFGA/SEMADUR/2020, os quais estão localizados no bairro Santo Antônio, nesta Capital.
- 13) Inquérito Civil nº 06.2021.00001007-6 (Sigiloso)** - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia.
- 14) Inquérito Civil nº 06.2021.00001038-7** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerentes: Ministério Público Estadual e Davis Martinelli Leal dos Santos - Requeridos: Fundação Lowtons de Educação e Cultura e o município de Três Lagoas - Assunto: apurar eventual descumprimento da Lei Municipal 1.268/96 que, ao disponibilizar área para a edificação da FUNLEC, obrigou-se em seu art. 3º "a conceder 20 bolsas de estudo a alunos carentes devidamente identificados como tal, por critérios públicos, estabelecidos em normas editadas pelo Poder Executivo.



15) Inquérito Civil nº 06.2021.00001138-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Minas Gerais, Marília Staut Vilafanha Meirelles - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 0,92 hectares de vegetação nativa, sendo está localizada em Área de Preservação Permanente, bem como, desmatamento 32 hectares de vegetação nativa fora de APP e RL, desmatamentos ocorridos na Fazenda Minas Gerais, em Caracol/MS, detectados pelo Parecer Nugeo nº 337/19.

16) Inquérito Civil nº 06.2021.00001338-4 - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria de Estado de Saúde - Assunto: Apurar a continuidade na prestação do serviço público de imagens, raio X e ultrassonografia nas Unidades de Saúde de Campo Grande e Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, diante do encerramento do contrato de prestação de serviços de locação de infraestrutura completa para implantação da Rede Digital de Imagens Estadual (REDIME) pela SES.

17) Inquérito Civil nº 06.2022.00000093-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerentes: Ministério Público Estadual e o 3ª CIA/BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL/CPE - Requeridos: Humberto William Gonçalves, Laércio Carlos Gonçalves, Luciana Suassuna de Moraes Gonçalves, Sueli Campos da Silva e Wanilton Rogério Gonçalves - Assunto: Apurar desmatamento de 1,00 hectare em área de Reserva Legal, na Fazenda Santa Bárbara, em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 149/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

18) Inquérito Civil nº 06.2022.00000179-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: David Stefanello Neto e Roque Tarcisio Girardelo Stefanello - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal em 4,47 hectares em área de Mata Atlântica e Remanescente de Vegetação Nativa, de acordo com o Auto de Infração e Multa n.º 2.854 e Laudo Técnico n.º 175/21/Nugeo referente a Etapa 02 Março e Abril de 2021 do Programa de Detecção de Desmatamento de Vegetação Nativa, na Fazenda Celeiro, nesta Comarca de Sidrolândia/MS.

19) Inquérito Civil nº 06.2022.00000219-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Leonardo Navarro Greggio, Suzano S.a. - Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Área de Preservação Permanente da Fazenda Ana Rosa, em Água Clara/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 006/6ª CIA/BPMA/2022.

20) Inquérito Civil nº 06.2022.00000240-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ronilson Mota Dourado - Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação da nascente nº 207, localizada na Fazenda 4R III, no município de Chapadão do Sul.

21) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000048-6 (Sigiloso) - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Campo Grande, 13 de abril de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**ESCOLA SUPERIOR****EDITAL N° 2/2023-ESMP, DE 14 DE ABRIL DE 2023.**

A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP), por meio de seu Diretor-Geral, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA a prorrogação do prazo de envio** dos trabalhos para publicação no livro “**O Ministério Público resolutivo: por um olhar transformador**”, previsto no item 7.1 do Edital n° 1/2022-ESMP, de 6 de outubro de 2022, nos seguintes termos:

1.1. Fica prorrogada a data de envio dos trabalhos até às **23h59min do dia 13 de junho de 2023**, observado o horário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2 Reitera-se, conforme o item 7.1 do Edital n° 1/2022-ESMP, que os interessados em apresentar seus trabalhos para participar da seleção deverão encaminhá-los à ESMP exclusivamente por meio do endereço de correio eletrônico escoladomp@mpms.mp.br, com o assunto “**Livro da ESMP/MS – trabalho para apreciação**”.

Campo Grande, 14 de abril de 2023.

FABIO IANNI GOLDFINGER
Promotor de Justiça
Diretor-Geral da ESMP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 095/PGJ/2023**

Processo: 09.2023.00003657-4

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **PURI VIDA COMÉRCIO DE FILTROS LTDA**, representada por **Roberto Mtanios Chehoud Ibrahim**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de aplicação de ortopolifosfato, para tratamento de água potável no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS.

Valor estimado anual: R\$ R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais), nos termos da Nota de Empenho n° 2023NE001388, de 03.04.2023.

Vigência: 14.04.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 14 de abril de 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 045/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00003279-6

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.**, representada por seus Diretores, **Nuno Pedro Correia David e Nelson Emiliano Costa**.

Procedimento licitatório: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e no artigo 65, inciso II, alínea “b” e §8º, da Lei Federal n° 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses; o reajuste do valor contratual, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e a inclusão de previsão de cobertura securitária para os residentes.

Vigência: 14.04.2023 a 14.04.2024.

Data de assinatura: 14 de abril de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 007/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000237-3

Requerente: Ministério Público Estadual e Associação dos Proprietários e Moradores das Chácaras dos Poderes

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade do uso das áreas públicas do Loteamento Chácara dos Poderes.

Campo Grande, 17 de março de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 008/2023/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000300-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a atuação do município de Campo Grande em evitar e recompor danos ocasionados à área de preservação permanente do Córrego Portinho Pache localizada nas coordenadas geográficas 20°29'36.76"S, 54°35'20.12"O a retirada de vegetação pela urbanização à montante e a falta de drenagem das águas pluviais.

Campo Grande, 14 de março de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 009/2023/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003096-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar o cumprimento da sentença prolatada nos autos da ACP n. 0820076-82.2012.8.12.0001.

Campo Grande, 17 de março de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 010/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000312-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto Guarda Animal

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Instituto Guarda Animal e o bem-estar dos animais que estão sob sua tutela.

Campo Grande, 28 de março de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 011/2023/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000313-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado

Assunto: Apurar impactos ambientais decorrentes da instalação e operação da obra de readequação, pavimentação e duplicação da rodovia MS-455, no trecho do anel viário de Campo Grande a Capão Seco, executada sem a devida Licença Ambiental pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL e a atuação do Estado em evitar e recompor danos ambientais ocasionados pela ausência de licenciamento ambiental da referida obra.

Campo Grande, 28 de março de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 012/2023/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000314-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Henrique Ribeiro do Vale

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do barramento do Córrego Pardo e o cumprimento das condicionantes específicas itens 2, 3 e 4 da Portaria de Outorga n. 00024408.

Campo Grande, 28 de março de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 013/2023/PA**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003706-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: acompanhar o cumprimento do PRADA e LAS n. 010.023/2021 apresentados no IC n. 06.2019.00000022-0 para recuperação da área de preservação permanente do córrego Coqueiro inserida no imóvel pertencente ao Município de Campo Grande, matriculado sob o n. 182.342.

Campo Grande, 04 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 014/2023/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003849-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pieguela Echeverria Ziolkowski e Ronaldo Betfuer

Assunto: Fiscalização e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no IC 06.2020.00000020-8 com Pieguela Echeverria Ziolkowski e Ronaldo Betfuer.

Campo Grande, 05 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 015/2023/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003099-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar as providências que a atual administração pública municipal está tomando em relação à regularização da Serralheria Alternativa Engenharia Comércio e Serviços LTDA. e se o sistema de atendimento à população está funcionando adequadamente.

Campo Grande, 13 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**CORUMBÁ****EDITAL Nº 0006/2023/02PJ/CBA****Inquérito Civil nº 06.2023.00000328-3.**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2023.00000328-3 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente:Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Ruana Agropecuária LTDA.

Objeto: A Compromissária confirma ter sido cientificada da instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000328-3, para apurar a regularidade da supressão de 41,05 hectares de vegetação nativa remanescente, no interior do imóvel rural “Fazenda São Paulo” (CARMS0001720), pertencente a Ruana Agropecuária LTDA. (CNPJ nº 29.531.438/0001-88), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, uma vez que fora dos limites da Autorização Ambiental nº 94/2021.

Obrigações: 1) A Compromissária obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda São Paulo”, matrículas nº 30.971 e 30.972, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade da Compromissária. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cada árvore suprimida ou hectare desmatado sem autorização ou excedente. 2) Manifestado o interesse em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, a Compromissária obriga-se a elaborar projeto e protocolar junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL requerimento de retificação do CARMS0001720 para regularizar a área de 41,05 hectares de vegetação nativa remanescente desmatada sem licenciamento ambiental no interior do imóvel rural “Fazenda São Paulo”, matrículas nº 30.971 e 30.972, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) A Compromissária obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), parcelada em até 05 (cinco) vezes de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com o primeiro pagamento para o dia 10/04/2023, e demais pagamentos para todo dia 10 dos meses subsequentes, em favor do Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário – CONSECOL, mediante transferência bancária (Banco Bradesco nº 237, Agência nº 0188, Conta Corrente nº 62.412-8, CNPJ nº 16.729769/0001-85), com destinação vinculada ao 3º Grupamento de Corpo de Bombeiros Militar, para execução de projeto/orçamentos apresentados neste Órgão de Execução. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 4) Neste ato a Compromissária obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

Corumbá/MS, 13 de abril de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0007/2023/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 13/04/2023, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e o senhor Marco Antonio Baptista, proprietário do imóvel denominado Fazenda Santa Teresinha, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil:06.2023.00000154-1, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Amambai (MS), 14 de abril de 2023.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**IC - Inquérito Civil 06.2023.00000154-1**

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

TÍTULO I - PARTES

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

COMPROMISSÁRIO(s):

MARCOS ANTONIO BAPTISTA, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, CI-RG 3.635.969-2/SSP/PR e CPF 569.794.019-04, com endereço na Rua Figueira, n. 10, condomínio Ecoville, em Dourados (MS), doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**.

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(S) EMPREENDIMENTO(S)

EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE: Regularização jurídico-ambiental da propriedade de matrícula(s) n. 23.253 e 24.184, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Amambai (MS), denominada Fazenda Santa Terezinha, de responsabilidade dos Compromissários.

TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O **COMPROMISSÁRIO** reconhece ser condição necessária ao cumprimento da função social da propriedade o atendimento das exigências legais, sem prejuízo de quaisquer outras, notadamente as seguintes: a) art. 170, inc. III e VI, da Constituição Federal, que trata da função social da propriedade e da defesa do meio ambiente como princípios da ordem econômica; b) art. 182, § 2º, da Constituição Federal, que trata da função social da cidade e da função social da propriedade urbana; c) arts. 184 e 186 da Constituição Federal, que tratam da função social da propriedade rural; d) art. 225, §§ 1º ao 6º, da Constituição Federal, que trata da defesa do meio ambiente; e) do art. 10 da Lei n. 6.938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente), que prevê como compulsório o prévio licenciamento ambiental; f) art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), que impõe reparar, mitigar e compensar os impactos ou degradações ambientais provocados pela exploração da propriedade; g) art. 1.228, §§ 1º ao 5º, do Código Civil de 2002, que trata da função social da propriedade; h) Lei nº 12.305/2010 (Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos).

O **COMPROMISSÁRIO** reconhece que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.



COXIM

EDITAL Nº 0014/2023/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador – CEP: 79400-000, Coxim/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000309-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Aparecida Davantel Dalto.

Assunto: “Apurar o desmatamento de 1,07 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal na Estância Vô Miro, antiga Fazenda Tropical, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 375/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Coxim/MS, 10 de março de 2023.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0013/2023/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, CEP:79400-000, Coxim/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000306-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Roberto Pedro Tonial.

Assunto: “Apurar o desmatamento a corte raso de de 5,9343 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Rancho Novo, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 01157/2022 e Laudo de Constatação nº 014418/2022.

Coxim, 13 de abril de 2023.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0015/2023/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003984-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Alcínópolis/MS.

Assunto: Fiscalização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Alcínópolis/MS, nos termos da Lei Federal n. 8.069/90, da Lei Municipal respectiva e da Resolução n. 231 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Coxim/MS, 13 de abril de 2023.

FELIPE DE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0016/2023/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003975-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim.

Assunto: Fiscalizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Coxim/MS, nos termos da Lei Federal n. 8.069/90, da Lei Municipal respectiva e da Resolução n. 231 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Coxim/MS, 13 de abril de 2023.

FELIPE DE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

JARDIM

EDITAL Nº 0004/2023/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000364-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Túlio Anziliero Basso.

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais ocorridas nos Lotes 71 e 72, do Assentamento Rio Feio, localizado em Guia Lopes da Laguna/MS, praticados pelo arrendatário Tulio Anziliero Basso.

Jardim, data da assinatura digital.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0005/2023/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000365-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Miltro Rodrigues Pereira.

Assunto: Apurar irregularidade ambiental, ocorrida na Fazenda Genipapo, de propriedade de Miltro Rodrigues Pereira.

Jardim, data da assinatura digital.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

**RIO VERDE DE MATO GROSSO****EDITAL N° 0009/2023/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhicolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000341-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Irani Francisco da Silva Nogueira

Assunto: Apurar a supressão irregular de 8,3948 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Estância Brasil, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 11396/2022 e Laudo de Constatação nº 014696/2022.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 13 de abril de 2023.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

SINSEMP**EDITAL****Resultado da Eleição - Triênio 2023-2026.**

A Comissão Eleitoral do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – SINSEMP-MS composta por Rogério Cintra Pereira Neves, Luciana Agüero Rivas Cavassa, Lindomar Pacheco, Mohamed Santos Ibrahim 1º Suplente, Ruth Dayana da Rosa Vera 2º Suplente e Willian da Silva Costa 3º Suplente, eleita em Assembleia Geral Ordinária, no uso de suas atribuições, torna público o resultado da apuração dos votos da Eleição da Diretoria do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – SINSEMP-MS para o mandato 2023-2026, realizada na data de 14 de abril de 2023, conforme o quadro abaixo:

| Chapa-01 | Chapa-02 | Abstenção | Total |
|----------|----------|-----------|-------|
| 240 | 60 | 105 | 405 |